
Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Local: Campus Ipolon: Rua Alagoas, 2015 - Centro, sala 1008, Londrina – PR.

Data: 23 de janeiro de 2019.

Horário: 13h45 (2ª convocação)

1 Aos vinte e três dias do mês de janeiro de dois mil e dezenove foi realizada reunião
2 ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social, no Campus Ipolon, Rua Alagoas,
3 2015, Sala 1008, Centro _ Londrina _ PR. Estiveram presentes o(a)s seguintes
4 conselheiro(a)s: Priscila P.Monteiro Brazão, Tatiane Aparecida Fonte Pereira, Rodrigo
5 Eduardo Zambon, Amanda Boza Gonçalves Carvalho, Ana Karina Anduchuka Barbosa,
6 Marina Bertonccini de Andrade, Andrea Ramondini Danelon, Neusa Harumi Tiba,
7 Henrique de Castro Silva, Maria Ângela Santini, Claudio Roberto Rufino, Jonas Munaretto
8 do Vale, Claudio Marcio de Melo, Luana Garcia Campos, Liliane de Fátima Lankaites,
9 Angela Maria Zechim Luziano, Denise Fank, Aldeneide Fernandes da Silva, Zilma
10 Angélica da Silva, Rosana de Almeida Souza, Carmelita Alexandre da
11 Conceição..Estiveram presentes também os seguintes participantes: Renata Silva de
12 Oliveira-Casa Acolhedora, Adriana Fabia Paschoal-Associação Flávia Cristina, Silvia
13 Helena Theodoro da Silva-Núcleo Espirita Irmã Scheila, Alexsandra Carvalho e Silva-
14 Casa de Apoio Madre Leonia, Elza Coutinho –Adevilon, Ana Lucia Cardia-Casa do
15 Caminho. A presidente Neusa Tiba iniciou a reunião as 13:47 horas, apresentou a
16 seguinte pauta para conhecimento e deliberação da plenária: **1. 13h45:** Apresentação e
17 aprovação da pauta; **2. 13h50:** Aprovação de Atas: 12/12/2018 e 20/12/2018; **3. 14h00:**
18 Reprogramação de Recursos e Abertura de Superávit Financeiro para o exercício de
19 2019; **4. 14h30:** Apresentação das Instituições em pendência quanto a manutenção da
20 Inscrição no CMAS; **5. 14h40:** Calendário de reuniões para o ano de 2019; **6. 14h50:**
21 Capacitação de Conselheiros; **7. 15h:** Comissões: a) Comissão de Inscrição; b) Comissão
22 de Acompanhamento; **8. 15h15:** Informes. Foi sugerido a inversão do ponto de pauta de
23 número 3 para 8, devido a necessidade de quórum para aprovação da Reprogramação de
24 Recursos e Abertura de Superávit Financeiro para o exercício de 2019. A pauta foi
25 aprovada por todos. Na sequência Neusa Tiba apresentou as atas das reuniões
26 realizadas em 12 e 20 de dezembro, sendo as mesmas aprovadas. **4. 14h30:**
27 Apresentação das Instituições em pendência quanto a manutenção da Inscrição no
28 CMAS; Neusa apresentou as Inscrições provisórias solicitadas em 2018 e os
29 encaminhamentos necessários de acompanhamento, sendo as mesmas: Instituto José
30 Gonzaga Vieira, modalidade SCFV, inscrição provisória com vencimento em 25/01/2019;
31 Associação Londrinense de Circo, modalidade SCFV, inscrição provisória com
32 vencimento em 25/01/2019; CRISTIMA-Movimento Cristo te Ama, modalidade Serviço de
33 Abordagem Social, inscrição provisória com vencimento em 25/01/2019; Congregação de
34 Irmãs da Pequena Missão para Surdos, modalidade Projeto de Educação
35 Socioprofissional da Inclusão Produtiva-, inscrição provisória com vencimento em

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

36 25/01/2019. Neusa abordou que no que se refere as inscrições provisórias há urgência no
37 acompanhamento, que deverá fazer visitas juntamente com comissão de inscrição para
38 que possam trazer a esse conselho para deliberação da manutenção ou cancelamento
39 das mesmas. Selma Souto colocou que algumas entidades não desenvolveram o serviço,
40 o que é de conhecimento do CMAS e que nesses casos a suspensão já poderia ser feita,
41 mesmo sem a visita. Neusa sugeriu que o CMAS antes de qualquer cancelamento
42 devesse enviar ofício falando da situação e perguntando para as entidades se elas ainda
43 teriam interesse em desenvolver esse serviço antes de trazer para plenária para
44 deliberação. Após discussões concordaram com Neusa e deliberaram pela visita. Neusa
45 também apresentou a situação do PROVOPAR, que encerrou as atividades e não
46 formalizou o Conselho, solicitou o acompanhamento pela comissão para fins de
47 deliberação quanto a manutenção da inscrição neste conselho. Quanto ao MEPROVI,
48 houve uma situação formalizada pela Gerencia de Monitoramento e Avaliação o qual
49 sinalizou que a referida instituição estava com quadro de pessoal não condizente com as
50 normativas em vigência, situação constatada em visita pela comissão de
51 acompanhamento em dezembro de 2018. Colocou que a entidade foi notificada sobre a
52 necessidade de adequação no prazo de 30 dias para adequação da equipe de RH,
53 contudo mesmo com vencimento do prazo não houve a manifestação por parte da
54 instituição. Denise perguntou quando foi enviado o ofício e Neusa respondeu que o
55 mesmo foi enviado, na primeira semana de dezembro logo após a reunião do CMAS.
56 Neusa respondeu que já venceram os 30 dias e não foi respondido. Após discussões foi
57 deliberada pela realização de visita e não tendo havido a contratação, deverá ser trazido
58 para a próxima reunião e ser deliberado pelo cancelamento da inscrição. Tanto
59 PROVOPAR quanto MEPROVI são mais urgentes, pois estão com registro permanente e
60 previsão de visita urgente. As duas comissões tanto a de inscrição quanto a de
61 acompanhamento precisam se reunir para realizar esse acompanhamento. Neusa
62 lembrou que até agora a comissão de acompanhamento não terminou a análise dos
63 documentos entregues em abril de 2018. **5. Calendário de reuniões para o ano de**
64 **2019;** Neusa Tiba apresentou o calendário das reuniões do CMAS para 2019. Neusa falou
65 da previsão da Conferencia Nacional de Assistência Social e colocou que ainda não
66 receberam nenhuma orientação do estado sobre os processos conferenciais nos
67 Municípios. **6. Capacitação de Conselheiros:** Neusa apresentou a sugestão para as
68 capacitações do conselho com temáticas voltadas para Gestão e Controle Social, também
69 apresentou a capacitação disponibilizada para conselheiros, realizada pelo Governo
70 Federal, 126º Encontro de Apoio Técnico do FNAS de Assistência Social exclusivo para
71 conselheiros, a ser realizado nos dias 20 e 21 de fevereiro; 128º Encontro de Apoio
72 Técnico do FNAS de Assistência Social exclusivo para conselheiros, a ser realizado nos
73 dias 10 e 11 de abril; 130º Encontro de Apoio Técnico do FNAS de Assistência Social
74 exclusivo para conselheiros, a ser realizado nos dias 29 e 30 de maio. Neusa abordou que
75 seria importante representação de conselheiros governamentais e não governamentais.

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

76 Neusa sugeriu a representação do Conselheiro Claudio Rufino e indicação de
77 conselheiros da que fazem parte da comissão de fundo. Luana observou que seria bom
78 que fosse alguém que estivesse no primeiro mandato e poderiam dar continuidade do
79 trabalho. Amanda Boza também se colocou à disposição. Claudio Rufino, sugeriu que na
80 capacitação do CMAS, abordar a Política de Assistência Social de Londrina, pois nem
81 todos os conselheiros conhecem os serviços prestados. Neusa disse que é possível
82 apresentar o cenário da rede da assistência social. A plenária concordou que se inicie as
83 capacitações em 13 de março com essa temática. **7. Comissões:** a) Comissão de
84 Inscrição; b) Comissão de Acompanhamento; Neusa chamou as duas comissões, a de
85 inscrição e a de acompanhamento, não houve relato. **8. Informes.** Neusa pontuou a
86 questão da conferência municipal depende da orientação do Conselho Nacional de
87 Assistência Social, ainda não dispomos, para tanto precisamos aguardar orientações
88 referente ao período de realização, para provisionar a alimentação e demais demandas
89 relacionadas ao processo de organização da referida conferência. Espera-se que seja
90 possível realizar a conferência no mês de junho para que possamos se organizar de
91 forma planejada para a conferência nacional. Neusa explicou um pouco sobre a
92 mudanças no MDS, na estrutura nova. Sugeriu que todos pudessemos entrar no site e ver
93 como está estruturado. Neusa colocou que está sendo publicado o decreto do BEE e que
94 ele vem de encontro com orientações técnicas nacionais, só estão incluindo mais uma
95 modalidade de benefício, além do depósito em conta e cesta básica, terá o cartão pré-
96 pago e alterando o valor. Neusa também colocou que haverá necessidade de mudança na
97 forma de concessão do Benefício eventual denominado “auxílio funeral”. Esse assunto já
98 vem sendo discutido desde o ano passado pela comissão instituída para esta finalidade,
99 no entanto, houve mudanças quanto as representações na comissão e depois houve a
100 mudança do superintendente da ACESF. Quando a comissão iniciou a discussão, havia a
101 situação do atraso no pagamento dos serviços prestados pela ACESF desde 2013 e que
102 a Secretaria de Assistência Social não havia efetuado o pagamento. A comissão estava
103 buscando alternativas para resolução do respectivo problema e ao mesmo tempo
104 buscando estratégias para realizar a alteração na forma de concessão deste benefício
105 para evitar tais problemas. Como estratégia, foi proposto na ocasião a previsão do recurso
106 para pagamento do serviço funeral direto na Lei Orçamentária Anual da ACESF a título de
107 interferência financeira e no Fundo Municipal de Assistência Social, seria mantido apenas
108 o recurso para repasse de benefício eventual monetária, na ocasião da morte de um
109 membro da família em atendimento ou acompanhamento dos serviços da Política de
110 Assistência Social. Este recurso seria para dar apoio pontual à família para pagamento de
111 despesas gerados pelo respectivo fato. A presidente afirmou que este assunto precisa
112 ser retomado com urgência para que possamos deliberar já para provisionar no próximo
113 orçamento os recursos de forma que em 2020 possa ser operacionalizado corretamente.
114 Para isso ressalta a importância da ACESF informar ao CMAS o preço de custo dos itens
115 e do serviço, sem o valor do “lucro”. Informou ainda que o MDS publicou no final do ano

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

116 de 2018 a cartilha oficial com as normativas quanto aos procedimentos para
117 operacionalização dos Benefícios Eventuais no âmbito da Política Pública de Assistência
118 Social. A conselheira Luana lembrou que a Mesa Diretora esteve conversando com o
119 presidente da Câmara Municipal e na ocasião foi falado sobre a necessidade de alteração
120 de algumas regulamentações na Política de Assistência Social vigentes no município.
121 Naquela ocasião, o Presidente se dispôs a contribuir nesse processo enquanto
122 representante do legislativo. Denise ponderou que não é apenas a questão dos repasses,
123 mas também a questão do custo do serviço sempre foi uma discussão neste conselho,
124 pois o valor teria que ser diferenciado das praticados com o público em geral. Não é viável
125 cobrar do Fundo da assistência o mesmo valor que se cobra do usuário comum. O
126 conselheiro Claudio da Secretaria de Planejamento questionou se essa mudança na
127 forma de operacionalização deste benefício está sendo conversado na ACESF e qual o
128 entendimento do Órgão sobre o assunto. O diretor financeiro da ACESF, Henrique,
129 informou que já estão encaminhando as discussões nesse sentido, e que de fato poderia
130 ser parte do recurso ser repassado direto para a ACESF como interferência financeira e
131 outra parte destinado para atendimento da família, ser mantido no Fundo da Assistência.
132 Contudo, Henrique ponderou que há a necessidade de especificar critérios muito claros,
133 pois o ACESF não tem Assistente Social para fazer a avaliação social que hoje é
134 realizado na Secretaria de Assistência Social. Neusa sugeriu que poderiam utilizar o
135 cadastro único como instrumento de seleção. O conselheiro Claudio Rufino, ressaltou que
136 os critérios para a concessão deste benefício devem ser objetivos, e a forma da
137 operacionalização é uma decisão de governo, com alinhamento entre o Prefeito - ACESF
138 e a Secretaria Municipal de Assistência Social. Este alinhamento deve estar definido o
139 mais breve possível para que a nova operacionalização já esteja incluída na Lei
140 Orçamentária de 2020. A presidente solicitou que comissão possa apresentar uma
141 proposta ainda no mês de fevereiro para que seja possível planejar a forma de concessão
142 deste benefício para o exercício de 2020. **9. Reprogramação de Recursos e Abertura**
143 **de Superávit Financeiro para o exercício de 2019:** Amanda Boza, Diretora de Gestão
144 do Sistema Municipal de Assistência Social, iniciou a apresentação da proposta de
145 abertura de superávit financeiro, referente recursos externos do Fundo municipal de
146 Assistência Social: 843 PPAS II – Centro Pop (FEAS) , Compra do veículo para o Centro Pop,
147 R\$83.250,00; fonte 938 Bloco PSE Média (FNAS), Capacitação PSE, R\$8.960,00; 908-
148 Emenda Parlamentar , Nº 827844/2016(FNAS), ONG Viver (01 veículo utilitário, 01 batedeira, 01
149 máquina de lavar roupa, 01 ar-condicionado); Lar Anália Franco (02 veículos de passeio);
150 Asilo São Vicente de Paulo (01 veículo utilitário), no valor de 240.000,00+ rendimentos; 909-
151 Emenda Parlamentar Nº 827856/2016 (FNAS), CREAS III (12 computadores) CREAS IV (01
152 veículo utilitário, 04 computadores) , no valor de **100.000,00 +** rendimentos; 923-Emenda
153 Parlamentar Nº 8279909/2016 (FNAS), Guarda-Mirim (01 veículo utilitário, 11 computadores);
154 MEPROVI (01 veículo utilitário, 11 computadores); EPESMEL (01 veículo passeio, 20
155 computadores); no valor de 300.000,00+ rendimentos. Explicando que todo início do ano se

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

156 apresenta os valores de fontes externas que não foram usados do ano passado de 2018
157 para ser reprogramados. Amanda explicou que não se tratava de todo o saldo, mas
158 apenas de uma parte dele que precisaria de reprogramação urgente, pois os demais
159 serão ainda levantados com mais exatidão. Claudio Rufino, pontuou que a entidade
160 MEPROVI está na reprogramação, e lembrou que a referida entidade está sendo
161 acompanhada pela comissão de acompanhamento, devido irregularidades no quadro de
162 funcionários, o que pode ocasionar no cancelamento da Inscrição. Amanda Boza disse
163 que não haviam se atentado a isso, mas de fato terão que levar a situação para ser
164 discutida na comissão de fundo. A conselheira Denise perguntou como seria feito esses
165 repasses. Neusa explicou que é o Município quem compra e depois faz a cessão do bem.
166 Neusa colocou a proposta de reprogramação para votação a mesma foi aprovada por
167 unanimidade. A reunião foi encerrada às 15:30, sendo o que havia a ser relatado, eu,
168 Marina Bertonccini de Andrade, segunda secretária, redijo a presente ata desta reunião
169 ordinária que será encaminhada para apreciação e aprovação.